

*Canal de Opinião: por Noé Nhantumbo*  
**POBRES E AO MESMO TEMPO RICOS**  
**Um dilema moçambicano...?**



Beira (Canal de Moçambique) - Qualquer observador que se disponha a analisar a situação moçambicana, a pobreza em que vive a maioria da sua população só pode ficar perplexo. Como compreender e aceitar que um país com um manancial de riquezas tenha um nível de vida tão baixo é de facto difícil de entender. Uma visão e estratégias políticas envolventes e abrangentes nunca foram tão necessários para se enfrentar com êxito os desafios actuais.

A mediocridade e toda uma gama de resultados negativos que se observam no país todo vão de consonância com as práticas insuficientes e de pouco alcance que estão sendo executadas.

Na posse de inúmeros recursos alguns dos quais estratégicos, a incapacidade de usá-los de maneira aberta tendo como agenda central reduzir e eliminar a pobreza crónica dos cidadãos revela-se o verdadeiro cancro nacional.

Quando a maioria dos benefícios que a indústria extractiva traz é para as corporações envolvidas nas operações e obviamente alguma da elite político-financeira local fica claro que há algum erro de concepção de política económica, está presente e governando os assuntos. Não é a questão de que todos não podem ser ricos ao mesmo tempo que está aqui em causa. Também não está em causa a capacidade que uns tem de aproveitar momentos oportunos para investirem ou usarem de suas possibilidades para se desenvolverem. Também ninguém está contra que se enriqueça neste país. O problema deve ser colocado em termos do que impede que haja mais justiça no acesso à riqueza nacional? O que impede que mais moçambicanos se beneficiem daquilo que é afinal de todos?

Toda a corrida desenfreada que se verifica para a implementação de projectos energéticos na actualidade é sintomática dos apetites que elite demonstra e não tem nada a ver com objectivos planificados de desenvolvimento nacional.

Não somos pobres por preguiça, ignorância ou destino. Somos pobres porque existe uma aplicação de políticas que negam aos moçambicanos a possibilidade de se afirmarem na esfera económica.

Numa situação de vazio no que respeita a políticas de fomento, dificilmente será possível aumentar o número de moçambicanos que se dedicam a agricultura. Num momento tão propício para a prática de uma agricultura comercial de alto rendimento, que aproveitaria dos actuais aumentos preços de mercadorias agrícolas, não se vê nenhuma decisão no sentido de favorecer a emergência de moçambicanos fazendo aquilo que aliviaria os cofres públicos no que se refere a importação de alimentos. Quase todos os países do mundo falam de abolição do protecçãoismo mas na prática isso continua a ser feito. Só nós é que nos abtemos de fazer aquilo que é pratica comum. Protecçãoismo e fomento são duas faces da mesma moeda que tem servido para melhorar a capacidade com que as indústrias específicas dos países sobrevivem no ambiente de concorrência internacional violenta que vigora.

Uma questão de interesse nacional permanece no segredo dos deuses. Estamos falando das contrapartidas financeiras que as autorizações de prospecção de exploração de

recursos naturais moçambicanos trazem para o país. Esses fundos poderiam muito bem ser usados para alavanca de actividades geradoras de emprego e bases de fundos de fomento reais e não meras declarações de intenções.

Grande parte da terra arável do país pode muito bem, ser usada pelos moçambicanos com sucesso. Em vez da formação de agrónomos distantes da agricultura e pouco dominando as técnicas contemporâneas o país beneficiaria com investimentos direccionados a modernização do ensino técnico superior nessa e noutras áreas. Há necessidade de moçambicanos com capacidade de avaliar as nossas potencialidades e sobretudo conhecimento adequado para intervir com sucesso no aproveitamento das mesmas.

Ser pobre não é o destino a que estamos condenados desde a nascença.

Cabe a quem governa a sensatez de começar a entender essa função como um privilégio concedido para servir os cidadãos e nesse sentido, fazer tudo o que é necessário para que o bem-estar dos governados esteja garantido.

Aceitar desculpas e justificações sobre incumprimento de planos, adiar a realização dos mesmos sob a alegação de escassez de recursos e outras artimanhas tem de começar a ser punido com destituições do cargo. Custa muito dinheiro ao erário público manter funcionários públicos que não conseguem satisfazer nem cumprir com as suas tarefas. A pobreza de que todos os dias se fala é um mal que pode e deve ser combatido com acções reais e concretas.

Não se compreende que se destrua a capacidade nacional de fazer certas coisas e em substituição se promova a importação dos bens antes produzidos localmente. Isso leva muitos ao desemprego e a pobreza que se diz querer combater.

Urge entender a todos os níveis de que a normalização da vida nacional, a viabilização de Moçambique como país requer que se respeitem as leis e que se combata com vigor e firmeza os atropelos as mesmas. As pessoas têm de se sentir seguras e confiantes de que investir neste país é seguro e proveitoso.

Mas também não se pode permitir que a concorrência desleal com a mão-de-obra local seja apadrinhada por uma emigração sem critérios de gente oriunda dos diversos cantos do mundo. Se aos moçambicanos são colocadas limitações no estrangeiro, o mesmo deve acontecer com os outros que chegam ao país e montam tabacaria e quiosques e recebem o nome de investidores. A contratação de mão-de-obra para os grandes projectos, a estrutura salarial praticada nos mesmos não deve lesar os moçambicanos que fazem trabalho igual e recebem remuneração de nível diferente.

Governar no caso de Moçambique tem de significar ser capaz de produzir soluções para que as potencialidades existentes sirvam efectivamente os moçambicanos sem exclusões de alguma natureza.

Essa de que vamos combater a pobreza absoluta tem de virar a prática real e não uma mensagem para adormecer os cidadãos enquanto os seus proclamadores enriquecem através de esquemas e mecanismos montados para impedir o acesso dos outros a actividades económicas rentáveis.

Sentido de Estado e clarividência governativa devem ser evidenciados nesta frente e abandonar-se a prática de discursos ociosos, repetidos e ultrapassados.

Alguma pobreza seria combatida simplesmente com um pouco mais de austeridade pelos governantes.

Os moçambicanos não são pobres. Foram empobrecidos por práticas de governação lesivas.

*(Noé Nhantumbo)*

